DISPUTA: SINDICALISTAS E DEPUTADOS DENUNCIAM SUCATEAMENTO DA CEMIG

Sindicalistas e deputados acusam o governador Romeu Zema (NOVO) de tentar desvalorizar a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). O objetivo seria privatizar a concessionária e vendê-la a um preço muito menor do que seu real valor de mercado. A denúncia foi feita em audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), nesta quinta-feira (10/06).

Os participantes da audiência também reclamaram de outras práticas promovidas pela atual diretoria da Cemig, que estariam afetando os trabalhadores e os serviços prestados pela empresa, como o fechamento de bases operacionais, a substituição de funcionários concursados por terceirizados, a retirada de direitos e a tentativa de acabar com o plano de saúde da empresa. Afirmaram, ainda, que houve aumento no número de cargos na diretoria e elevação dos salários 40% acima da inflação apurada desde 2019.

O deputado Betão (PT), que presidiu a reunião, lamentou que em 2019 tenham sido fechadas 50 bases operacionais que prestavam serviços básicos à população, como a de São Gabriel, em Belo Horizonte, que atendia mais de 1 milhão de pessoas em municípios da Região Metropolitana.

Segundo o parlamentar, a empresa reduziu em mais de 20% os cargos de segundo e terceiro escalões, mas ampliou de 7 para 15 os cargos de primeiro escalão. Ainda de acordo com Betão, a empresa alterou o processo de avaliação de desempenho dos empregados, incluindo regras punitivas, restringiu os prêmios que eram distribuídos, extinguiu cargos e recrutou terceirizados para fazer o trabalho de concursados. "*No nosso entendimento, é uma tentativa de desmonte da empresa com vistas à sua privatização*", acusou.

CPI – O deputado André Quintão (PT) também criticou o que ele considera como uma campanha que o governador tem feito para tentar depreciar a capacidade da Cemig. "*Se tem problema, tem é que resolver",* disse. Ele ainda rechaçou o desrespeito da empresa com as entidades sindicais, como foi denunciado na audiência pública.

Diante de tantas reclamações, diversos participantes da reunião defenderam a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar as denúncias. A bancada do PT está colhendo assinaturas para sua instalação. "*É a ferramenta adequada para esse tipo de investigação*", argumentou André Quintão.

Redução de direitos e assédio moral estão entre denúncias

Representantes de sindicalistas que participaram da audiência pública reclamaram do clima interno com a nova diretoria da Cemig. "*Desde que o governo assumiu, vivemos um clima de terror*", denunciou o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, Everson de Alcântara Tardeli.

Segundo ele, os diretores não recebem nenhuma entidade sindical e pressionam os funcionários a não participarem de atos convocados para negociações ou reivindicações. "*São práticas antissindicais nunca vistas antes nessa empresa*", disse Tardeli. Ainda de acordo com ele, gestores foram afastados por não compactuarem com irregularidades.

A quebra de acordos sindicais também foi denunciada por Tardeli e outros representantes.

Os sindicalistas também reclamaram da tentativa de a empresa extinguir o atual plano de saúde e retirar esse direito dos aposentados. O gerente de Relações Sindicais e de Trabalho da Cemig, Brunno Viana dos Santos Sant'Anna, afirmou que a empresa não vai acabar com o benefício, mas propõe oferecê-lo gratuitamente para os servidores da ativa e cobrar, na integralidade, dos inativos.

Ele justificou que a despesa da empresa como o que chamou de "*pós-emprego*" chega a R$ 7 bilhões, dos quais R$ 3,3 bilhões apenas para custear o atendimento de saúde. Essa destinação, em sua análise, afeta a capacidade de investimento da concessionária.

Brunno Sant´Anna disse que os aposentados da empresa ganham, em média, R$ 10,6 mil mensais e acredita que podem arcar com a despesa. Sua afirmação foi contestada por outros participantes, como o coordenador geral do sindicato dos trabalhadores do setor (Sindieletro), Emerson Andrada. Segundo o sindicalista, o que infla a média são os altos salários recebidos por diretores e superintendentes. Everson Tardeli afirmou que a média salarial dos eletricitários está entre R$ 2 mil e R$ 3 mil mensais.

O representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Sindieletro, Carlos Wagner Machado, apresentou a elevação dos salários da nova diretoria, baseado em documentos fornecidos pelo próprio Poder Executivo. Em 2018, a concessionária contava com 11 diretores. Atualmente, são sete diretores e oito adjuntos, o que elevou o número para 15 cargos de primeiro escalão.

A previsão de pagamento de remuneração variável para cada diretor, em 2018, foi de R$ 60 mil anuais, mas acabou sendo revisada, no ano seguinte, para R$ 330 mil. Pelas contas do economista, considerando a parte variável e o salário fixo de cada executivo, os salários aumentaram de R$ 71 mil, em 2018, para R$ 103 mil mensais, no ano passado. A previsão é que cheguem a R$ 113 mil, este ano. Em sua análise, o aumento é uma compensação pelo alinhamento dos novos diretores ao desejo do governo de privatizar a empresa.

Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jairo Nogueira Filho, que também é funcionário da Cemig, a nova gestão da concessionária tenta desmontar a empresa, como já foi tentado na década de 1990. Ele disse temer pelo emprego de 4,5 mil trabalhadores da empresa.

Foto: Divulgação

http://jornalpanfletus.com.br/noticia/2170/disputa-sindicalistas-e-deputados-denunciam-sucateamento-da-cemig em 27/04/2024 01:24